

O CURSO DE MUSEUS E A MUSEOLOGIA NO BRASIL

Daniel Dalla Zen*

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de abordar o curso de formação em Museologia no Brasil, que tem início no ano de 1922 no Museu histórico Nacional e que antecede em cinco anos o curso de museografia da École du Louvre, exportador para o mundo de uma matriz curricular modelo para a formação em Museologia. Pretende-se enfatizar o caráter precursor da formação em Museologia no Brasil, abordando o objetivo do curso, sua matriz curricular, quadro de professores, forma de ingresso e as principais mudanças estruturais até se transformar em curso universitário no ano de 1951.

Palavras-chave: Curso de Museus. Museologia. Museu Histórico Nacional.

Abstract

This article aims to address the Museology course in Brazil, beginning in 1922 in the National Historical Museum, preceding in five years the course of Exhibition Design at the École du Louvre, exporting to the world a model curriculum for the teaching and formation in museology. It is intended to emphasize the precursor character of the Museology course in Brazil, addressing the objective of the course, its curriculum, teaching staff, method of entry and major structural changes until its transformation into a university course in 1951.

Keywords: *Course of Museums. Museology. National Historical Museum.*

* Licenciado em História – Unochapecó, Bacharel em Museologia – UFSC e Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa do CNPq – Nível 1^a – Laboratório de História e Arte / Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: daniel_dallazen@hotmail.com.

O CURSO DE MUSEUS E A MUSEOLOGIA NO BRASIL

Introdução

Este artigo é fruto do desdobramento do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia, denominado: “Entre a Ciência, a Técnica e a Nação: uma análise sobre o livro Introdução à Técnica de Museus de Gustavo Barroso”. O presente trabalho delimita-se entre os anos de 1922 a 1951, abrangendo o período de criação do Curso técnico de Museu até a transformação do Curso de Museus em um curso universitário. Este assunto vem sendo tratado pelos autores: Sá (2007), (2013); Regina Abreu (1996); Myrian Sepúlveda dos Santos (2006) e Graciele Karine Siqueira (2009). Além desses autores, utilizo-me dos Decretos do MHN.

O Objetivo do artigo é enfatizar o caráter precursor da formação em Museologia no Brasil. Antecedendo até mesmo o curso de museografia da *École du Louvre*, que posteriormente iria influenciar na sua matriz curricular. Justifica-se a pesquisa por ser um assunto ainda pouco estudado. Outro fator de relevância é observar qual era a proposta museológica da primeira metade do século XX.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte versa sobre a criação do Curso Técnico, em 1922, no MHN, contextualizando o momento de sua criação, seus objetivos e levantando algumas hipóteses para a sua não concretização. A segunda parte se refere ao Curso de Museus (1932) e analisa as continuidades e transformações ocorridas do extinto Curso técnico, abordando a matriz curricular do Curso, quadro de professores, forma de ingresso e política de acervos. A terceira parte, intitulada “Repensando o Curso de Museus”, trata da primeira grande reforma do Curso de Museus, ocorrida em 1944, e as principais mudanças estruturais até se transformar em curso universitário no ano de 1951.

Curso Técnico de Museus

Segundo Ivan Coelho de Sá (2013), o Brasil é um dos precursores do curso de formação em Museologia. O projeto do Curso técnico (1922) foi um dos mais antigos do mundo, o mesmo ocorrendo com o Curso de museus (1932), uma das mais antigas

experiências com continuidade e em atividade regular. O Curso de 1922, antecede em cinco anos o curso de museografia da *École du Louvre*. No entanto, mesmo sendo mais antigo em escala internacional é o curso do *Louvre* que exportará para o mundo uma matriz curricular de modelo para a formação em Museologia, influenciando até mesmo, o próprio Curso de museus do MHN, iniciado em 1932.

De acordo com Sá (2013), a formação em Museologia foi um processo demorado desenvolvido inicialmente da necessidade de estudar as coleções dos museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos se concentravam no acervo pautando-se em identificar os objetos, decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias. Como podemos observar, são atividades de reconhecimento da “autenticidade” dos objetos.

No Decreto-Lei nº 15.596, que institui o Museu Histórico Nacional, no dia 2 de agosto de 1922, o item VI previa a criação de um Curso Técnico comum ao MHN, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional com a finalidade de formar oficiais para o Museu e amanuenses para o Arquivo e a Biblioteca.

O curso pretendia dar uma formação básica e geral aos técnicos em arquivos, bibliotecas e museus. O curso teria a duração de dois anos: no primeiro ano seriam lecionadas as disciplinas de História Literária, Paleografia e Epigrafia, História Política e Administrativa do Brasil, Arqueologia e História da Arte; no segundo ano, as disciplinas seriam Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Numismática e Sigilografia, Iconografia e Cartografia.

As disciplinas seriam ministradas pelos próprios funcionários das três instituições envolvidas.

Art. 56. O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é comum o Curso Técnico, cabendo ao Museu Histórico Nacional o de arqueologia e história da arte e de numismática e sigilografia, à Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia, e cartografia e ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática¹.

O projeto de criar um curso comum às três áreas do patrimônio mantém algumas matérias dos cursos de Biblioteconomia e Diplomática. Do curso de Biblioteconomia, ofertado na Biblioteca Nacional, foram mantidas as disciplinas de Iconografia,

¹ Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2014.

Paleografia, Diplomática, Bibliografia e Numismática. Enquanto que no curso de Diplomática do Arquivo Nacional, mantiveram-se as disciplinas Cronologia, Paleografia e Diplomática. Barroso acrescenta ao Curso Técnico, as disciplinas de Epigrafia, Sigilografia, Cartografia e Arqueologia, esta referente ao Brasil e não ao período medieval. As matérias incluídas faziam parte do currículo da *École Nationale des Chartes*, escola que foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalhavam com coleções nesse período, sua influência não se restringia somente aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, mas também aos cursos de Arqueologia, História da Arte e Museologia, inclusive os da *École du Louvre*. Gustavo Barroso ainda inclui a matéria de História Política e Administrativa do Brasil.

No Curso Técnico do MHN as lições de classificação e administração contariam com exercícios práticos, previstos nas disciplinas dedicadas ao estudo das coleções: Paleografia e Epigrafia, Arqueologia e Cartografia, com exceção das disciplinas não técnicas, como História Política e Administrativa do Brasil e História Literária. As matérias técnicas ligadas à coleção teriam provas práticas, na qual os alunos teriam de descrever e classificar os objetos. Isto pode ser observado no artigo 62 e artigo 65, do decreto de criação do MHN:

Art. 62. Nas aulas que as comportarem, serão dadas lições de classificação e administração de bibliotecas, mapotecas, arquivos, museus históricos e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, compreendidos os exercícios práticos.

Art. 65. O exame de qualquer das matérias constará de uma prova escrita, para a qual se darão duas horas, e de uma prova oral, que não poderá passar de meia hora,

Parágrafo único. As provas escritas de paleografia e epigrafia, arqueologia e história da arte, bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia e iconografia e cartografia terão o caráter de provas práticas de descrição e classificação de objetos pertencentes às coleções dos estabelecimentos em que tais matérias devem ser leccionadas².

Para Sá (2013) é justamente os conteúdos de lição e classificação e administração de museus históricos, em conjunto às provas práticas de descrição e classificação de objetos, que conferem ao curso do MHN um caráter pioneiro na formação de profissionais para museus.

² Idem.

Entretanto, o Curso Técnico do MHN não chegou a se concretizar. Houve poucos alunos matriculados, até o presente é um assunto pouco estudado e necessitaria de estudos mais aprofundados para termos uma noção do que foi esta primeira e provavelmente única turma.

Sá (2013) elenca alguns dos possíveis motivos para a não concretização do Curso Técnico do MHN, entre eles estaria:

Divergências de natureza política entre o diretor da Biblioteca Nacional, Peregrino da Silva, e o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, em relação ao prestígio político adquirido, nesta época, por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e idealizador do curso neste formato de parceria com os técnicos-professores das três instituições. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional, instituições antigas, podem ter se ressentido de certa perda de espaço para o recém-criado MHN (SÁ, 2013, p. 49).

Outro fator, é o desfalque das coleções do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, instituições consolidadas que tiveram que ceder parte de sua coleção para compor o acervo do MHN, mesmo que esses acervos fossem mais bem salvaguardados em uma instituição museológica. Como foi citado anteriormente, as disciplinas do Curso Técnico seriam ministradas pelos próprios funcionários das três instituições. No entanto, estes não receberiam a mais pelo acréscimo de funções, a partir disso, alguns funcionários passaram a se colocar contra a criação do curso.

A não concretização do Curso Técnico transformou-se num problema institucional para o Arquivo e a Biblioteca Nacional, que ficaram sem um curso para a capacitação de seus funcionários. A não continuidade do curso constituía um entrave, pois, segundo o decreto de 1922 e 1923, o curso continuava tendo existência legal. Por uma década ficou paralisado as propostas de cursos, somente no início de 1930 são retomadas na Biblioteca Nacional e no MHN, enquanto no Arquivo Nacional foi mais demorado, voltando seu funcionamento permanente 30 anos depois.

O Curso de Museus

O fim do Curso Técnico gerou um problema de ordem institucional no que tange à capacitação dos funcionários do Arquivo, da Biblioteca e do MHN. Devido a sua não concretização, o MHN implanta o Curso de Museus, este aprovado no dia 7 de março de 1932, pelo decreto nº 21.129, do então Presidente Getúlio Vargas. A criação do

Curso de Museus ocorre durante a gestão de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), advogado, escritor, linguista e historiador, defensor de um revisionismo historiográfico da História do Brasil. Ficando no cargo de diretor do MHN de 1930 a 1932, depois assumindo a Biblioteca Nacional, período em que Gustavo Barroso manteve-se afastado do Museu por motivos políticos. Em novembro de 1932, Barroso reassume seu posto de diretor do MHN e passa a gerir o Curso de Museus, marcando sua presença na história da instituição, não apenas por sua atuação como professor mas também por ser diretor do MHN, cargo que ocupou até seu falecimento em 1959.

O ingresso no Curso de Museus era bastante burocrático e difícil. O aluno para realizar a matrícula necessitaria estar munido de uma série de documentos, como podemos observar no Art 6º do decreto de criação do curso.

Art. 6º A matrícula no "Curso de Museus" será efetuada na primeira quinzena de março, mediante pagamento da taxa de matrícula e frequência, devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar, em requerimento, dirigido ao diretor, os seguintes documentos.

- a) certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, válidos para matrícula nos cursos superiores;
- b) atestado de identidade;
- c) atestado de sanidade;
- d) atestado de idoneidade moral³.

Enquanto os funcionários de museus no Brasil interessados em se aperfeiçoar teriam certos privilégios, tais como não necessitar passar pelos trâmites descritos no Art 6º para fazer a matrícula: "Será facultada matrícula, relevadas as exigências do art. 6º, a funcionários dos museus localizados nos Estados da União, que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento"⁴.

O curso inicia suas aulas em maio desse mesmo ano e passa a funcionar ininterruptamente até o presente. Conforme Siqueira (2009), o curso era frequentado por vinte e seis alunos, dentre estes, somente dez estavam regularmente matriculados e os outros dezesseis eram apenas ouvintes. Eram alunos regulares: Adolpho Dumans,

³ Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2014.

⁴ Idem.

Alfredo Solano de Barros, Guy José Paulo de Hollanda, Hamilton Scholl, Luiz Marques Poliano, Maria José Motta e Albuquerque, Maria Luiza Lage, Ovídio Clódio Teixeira Ruas, Paulo Olintho de Oliveira e Raphael Martins Ferreira. O objetivo do curso de museus, segundo o art. 1º do seu decreto de fundação, era “Criar no Museu Histórico Nacional um "Curso de Museus" destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição”⁵.

De acordo com Sá (2013), o Curso de Museus de 1932, mantém as mesmas propostas do Curso Técnico, ou seja, formar técnicos para o MHN. O novo curso de museus manteve a estrutura do Curso Técnico, retirando de sua grade apenas as disciplinas específicas da Biblioteconomia e Arquivologia: Bibliografia, História Literária, Iconografia e Cartografia. A disciplina de Paleografia e Epigrafia foram sintetizadas em Epigrafia. Isto também aconteceu com outras disciplinas. A disciplina de Cronologia e Diplomática foi concentrada em Cronologia. No entanto, algumas matérias tiveram suas cargas horárias aumentadas, como é caso de História Política e Administrativa do Brasil, que passou a ser ofertada no primeiro ano e no segundo ano, o mesmo ocorre com a disciplina de Numismática, ampliada para Numismática (parte geral) e Numismática (brasileira) e Sigilografia. Segundo Sá,

a mais significativa alteração do Curso de Museus de 1932, em relação ao Curso Técnico de 1922, refere-se à inserção da disciplina técnica de museus, específica para o tratamento de coleções museológicas e que inaugurou, como disciplina regular e autônoma a formação em museologia no Brasil: “1º ano - História política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada no Brasil. 2º ano – História política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e Sigilografia, Epigrafia, Cronologia. Técnica de Museus” (2013, p. 49).

A disciplina Técnica de museus foi criada e ministrada por Gustavo Barroso. Estas aulas foram condensadas por ele no livro *Introdução à Técnica de Museus*, publicado em dois volumes, no ano de 1946, que resume tanto o conteúdo da disciplina como o próprio conceito do curso. Este livro virou uma espécie de manual da Museologia sendo usado por um longo período.

De acordo com Sá (2013), o decreto que criou o Curso de Museus não continha muitas informações sobre esta disciplina, apenas cita seu nome na relação das

⁵ Ibidem.

disciplinas pertencentes ao segundo ano. No decreto de 1934, ela é novamente citada como uma disciplina do segundo ano, porém é acrescentada a disciplina Epigrafia e Cronologia. A referência mais antiga sobre o programa desta disciplina é de 1941, publicada nas instruções para matrícula elaborada por Barroso. Contrariando os decretos de 1932 e 1934, a disciplina Técnica de museus era ofertada nos dois anos do curso. No primeiro ano: 1º parte – Organização, 2º parte – Arrumação, 3º parte – Catalogação, incluindo-se aí conteúdos de Cronologia e Epigrafia. No segundo ano: Classificação (heráldica, armas, navios, viaturas, arquitetura, indumentária, móveis, cerâmica e cristais, joias e prataria, pintura e gravura, instrumentos de suplício e mecanismos). Para Sá,

Estes itens previstos em técnica de museus do primeiro ano – organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação – correspondem, basicamente, na atualidade, a vários conteúdos das disciplinas de museologia: plano museológico, comunicação-epigrafia, documentação-informação e preservação-conservação. Em conformidade com a preocupação classificatória, no segundo ano, técnica de museus concentrava-se especificamente na parte de identificação de objetos e coleções comuns a museus históricos e artísticos, enfatizando-se cronologias históricas, períodos artísticos, características estilísticas, autorias, datações, nomenclatura técnica, materiais e técnicas de fatura etc. Essa ênfase no estudo da cultura material, ou seja, do conhecimento e interpretação das informações que podem ser obtidas nos objetos e coleções vai persistir nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Somente nos anos de 1970 as reformas curriculares vão se voltar para as novas questões da museologia e mudar o foco para as funções sociais dos museus e sua relação com a sociedade (SÁ, 2013, p. 55-56).

Os professores do Curso de Museus eram os próprios funcionários do Museu, os quais, durante os anos de 1932 a 1944, não foram remunerados por sua função de docente, pois, tanto o Decreto nº 21.129 de 7 de Março de 1932, de criação do Curso, quanto o Decreto nº 24,735 de 14 de julho de 1934, que aprovava o novo regulamento do MHN, não previam aumento de despesas. Como pode ser observado no Art. 1º, “fica aprovado, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional", que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, Pública”⁶.

⁶ Decreto nº 24,735, de 14 de julho de 1934. Artigo 1º. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 ago. 2014.

Sá (2007) ao analisar a grade de disciplinas do Curso de Museus de 1932, enfatiza o caráter inédito de duas disciplinas, História da Arte, especificamente a do Brasil e Arqueologia, pela forma como essas disciplinas eram apresentadas, pois não havia até o momento nenhum registro de uma disciplina pautada em ensinar a História da Arte Brasileira. A disciplina História da Arte era ministrada pelo professor Joaquim Menezes de Oliva (1893-1978). Menezes de Oliva era advogado, ensaísta, poeta, memorialista e filatelista estudioso da cultura popular, e foi convidado por Barroso, para instituir a Seção de História do MHN, em 1922.

A disciplina de Arqueologia era ministrada por João Angyone Costa (1888-1954), arqueólogo e jornalista. Exerceu dupla função, entre 1935 e 1936, período no qual também foi secretário do curso. Precursor nos estudos sobre índios brasileiros escreveu o livro *Introdução à Arqueologia Brasileira* (1934) e *Arqueologia Geral* (1936), os quais fazia uma síntese de suas aulas no Curso de Museus.

O quadro de professores do Curso de Museus ainda contava com Rodolfo Garcia, primeiro professor de História do Brasil, que brevemente foi modificado para História da civilização Brasileira. Garcia foi logo substituído, em 1933, por Pedro Calmon (1902-1985), este também assumiu uma dupla função de professor e secretário do Curso de Museus. Calmon era advogado, político, escritor e historiador, publicou vários livros de História, Literatura Histórica, Biografia e Direito, destacando-se pelo seu livro *História da civilização brasileira*, uma síntese das suas aulas do Curso de Museus.

Também foi Pedro Calmon quem intermediou a doação da coleção de seu falecido tio, Miguel Calmon, ao MHN a pedido de sua tia Alice da Porciúncula.

Passado o impacto e a dor pela perda do marido, Alice da Porciúncula procurou o sobrinho que trabalhava num museu. O historiador Pedro Calmon exercia a atividade de pesquisador num dos museus mais conceituados do país, o Museu Histórico Nacional. Pedro Calmon era afilhado do seu falecido marido e muito ligado ao casal Calmon. Frequentava sua casa com relativa assiduidade. Alice da Porciúncula depositava nele total confiança.

Confidenciou ao sobrinho a intenção de fazer uma doação ao museu dos bens que haviam pertencido ao marido. Pedro Calmon aprovou imediatamente a ideia. O Museu era dirigido por Gustavo Barroso (ABREU, 1996, p. 27).

A coleção Miguel Calmon é uma das maiores doações em suntuosidade e riqueza recebida pelo museu. Entre os itens selecionados por Porciúncula havia “cerca

de 100 joias em ouro, prata, corralinas, pedras preciosas, móveis dos mais variados estilos, tapeçaria do século XVI, porcelanas raras, canetas de ouro, leques, bustos, esculturas, enfim, um conjunto de objetos que ainda hoje nos deixa extasiado” (ABREU, 1996, p. 27).

As disciplinas de Numismática e Sigilografia eram ministradas por Edgar de Araújo Romero (1884-1968), advogado, precursor do estudo da Numismática. Seus estudos foram sintetizados na apostila Numismática Geral, sendo publicado em dois volumes, no ano de 1957. Também escreveu vários artigos para os Anais do MHN. Os quais são: *O meio circulante do Brasil holandês* (1940), *O Estado do Maranhão e seu meio circulante* (1942), *Numismática Brasileira – Reinado de D. José I* (1943), *Numismática Brasileira – Reinado de D. Maria I* (1945), e *Catálogo das moedas brasileiras do MHN – Moedas da República* (1960).

Em dezembro de 1933, o Curso de Museus forma sua primeira turma. Junto às turmas subsequentes formam-se os principais funcionários que vão desenvolver um trabalho pioneiro nas instituições recém-criadas:

Eis os primeiros “museólogos” do Brasil, então chamados de conservadores: Adolpho Dumans, funcionários do Museu histórico desde a sua criação e autor do primeiro texto sobre o Curso de Museus; Alfredo Solano de Barros, um dos implantadores da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional; Guy José Paulo de Hollanda, destacado educador, autor de um livro pioneiro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (1958); Luiz Marques Poliano, também funcionário do Museu Histórico e especialista em Heráldica; Maria José Motta e Albuquerque; Maria Luíza; Paulo Olinto de Oliveira; alguns dos primeiros conservadores do Museu Imperial; e Raphael Martins Ferreira (SÁ, 2007, p. 23).

O aspecto precursor do Curso de Museus e seu desenvolvimento ocorrem concomitantemente aos principais museus da época. Isto influenciou enormemente o perfil e a atuação do profissional “conservador-museologista”. Estes primeiros museólogos se depararam com acervos inexplorados. Com isso, surge a necessidade de estudá-los, classificá-los e catalogá-los, o que demandou uma pesquisa com características peculiares, que procurava extrair o máximo de informação dos seus acervos, transformando em fontes primárias de investigação.

Repensando o Curso de Museus

A primeira grande reforma do Curso de Museus ocorre em 1944, realizada e estruturada por Gustavo Barroso, que além de diretor do MHN era professor do curso na época. Barroso ampliou a duração do curso de 2 anos para 3 anos e também ofereceu novas disciplinas. Essas mudanças vão ser preparatórias para a entrada do Curso de Museus na universidade, embora o curso tenha sido criado inicialmente com a finalidade de ensinar matérias que interessavam ao MHN e formar profissionais que posteriormente pudessem vir a integrar o quadro de profissionais dessa instituição. Com a reforma de 1944, a finalidade do curso se expande, ampliando seu escopo, e passa a preparar profissionais para museus históricos e artísticos. Como podemos observar no Art 1º do Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944:

Art. 1.º O Curso de Museus a que se refere o art. 8.º do Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944 tem por finalidade:

- a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou de instituições análogas;
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional⁷.

Isto muda a própria estrutura curricular do Curso de Museus que, com as novas habilitações em Museu de História e em Museus de Arte, passa a ser organizado da seguinte maneira: Parte Geral (2 anos) e Parte Especial (1 ano). A estrutura foi aprovada pelo Decreto nº 16.078 de 13 de Julho de 1944 e manteve-se por mais de vinte anos:

Art. 2º Para preencher as suas finalidades, o Curso de Museus será ministrado em três séries, correspondentes a três anos letivos e divididas em duas partes:

1. Parte Geral
2. Parte Especial.

Parágrafo único - A parte Geral compreende duas séries, comuns a todos alunos, e a Parte Especial uma série para cada uma das seguintes seções:

- a) Museus Históricos; e

⁷ Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 ago. 2014.

b) Museus de Belas Artes ou Artísticos.

Art. 3º As disciplinas do Curso de Museus serão assim distribuídas:

PARTE GERAL

1.ª Série

1. História do Brasil Colonial
2. História da Arte (Parte Geral)
3. Numismática (Parte Geral)
4. Etnografia
5. Técnica de Museus (Parte Geral)

2.ª Série

1. História do Brasil Independente
2. História da Arte Brasileira
3. Numismática Brasileira
4. Artes Menores
5. Técnica de Museus (Parte Básica)

PARTE ESPECIAL

3.ª Série

1. História Militar e Naval do Brasil
2. Arqueologia Brasileira
3. Sigilografia e Filatelia
4. Técnica de Museus (Parte Aplicada)

SEÇÃO DE MUSEUS DE BELAS ARTES OU ARTÍSTICOS

1. Arquitetura
2. Pintura e Gravura
3. Escultura
4. Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular.
5. Técnica de Museus (Parte Aplicada)⁸.

Com a criação de novas disciplinas advindas da reformulação do Curso, uma nova geração de docentes assumiu. Muitos deles substituíram seus antigos professores, o que Sá (2007) chama de a “primeira geração” de uma Museologia não mais autodidata. Segundo Siqueira,

Em 1945, assumiu a docência: José Francisco Félix de Mariz (Pintura e Gravura); Anna Barraffatto (Escultura e História da Arte); Oswaldo Mello Braga de Oliveira (História da Arte Brasileira); Jenny Dreyfus (Sigilografia e Filatelia); Diógenes Vianna Guerra (Etnografia, Arqueologia, Arte Indígena e Arte Popular); e Mario Antonio Barata (Artes Menores). A partir de 1947, Nair Moraes de Carvalho, começa a ministrar a disciplina Escultura (2009, p. 31-32).

Entretanto, as principais disciplinas da estrutura do curso, as ligadas às áreas de Técnica de Museus e História, eram ministradas por Barroso, isso demonstra a sua grande influência no ensino e na formação dos alunos do Curso de Museus. Cabe ainda destacar entre as disciplinas que Barroso lecionava a matéria de História Militar do Brasil, sobre a qual ele já havia escrito um livro em 1935 com o mesmo nome. De

⁸ Idem.

acordo com Santos (2006), Barroso exalta neste livro os “heróis nacionais” pelos seus feitos de bravura, não seguindo uma ordenação temporal ano a ano, mas elencando os principais momentos, assim como a história produzida por Varnhagem:

No livro de Barroso sobre história militar, observamos que as campanhas, os feitos e bravuras sobrepujam uma ordenação temporal prévia, que aparece apenas para sustentar o tema trabalhado. A história, para Barroso, assim como fora para Varnhagen, não descrevia passo a passo, século a século, ano a ano a história do Brasil, mas, sim, recuperava seus momentos mais significativos (SANTOS, 2006, p. 47).

Cabia também a Barroso a Coordenação do Curso de Museus, com isso ele ficava responsável pela nomeação dos professores, planos e conteúdos programáticos das demais disciplinas.

Com a reformulação do Curso, pela primeira vez os professores passam a ser remunerados. Recebiam “os honorários de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de seis horas por semana”⁹.

Nesta época, para ingressar no curso o aluno precisava prestar uma espécie de exame vestibular, que contava com provas dissertativas sobre: História Geral, História do Brasil, Geografia do Brasil e tradução em duas línguas estrangeiras, podendo escolher entre francês, inglês, alemão e italiano. No entanto, quem já possuía diploma superior não necessitava fazer as provas.

Conforme Siqueira (2009), para fazer a matrícula era necessário uma série de documentos, com ênfase para o atestado de idoneidade moral, necessário até mesmo aos alunos avulsos, o que em sua interpretação era uma medida de proteção frente ao acervo valioso que a instituição guardava. Entre os documentos requisitados para matrícula no Curso estavam “as Fichas 18 e 19 (Clássico ou Científico), Atestado de idoneidade moral com firma reconhecida, Carteira de identidade, Certificado de reservista, e quatro retratos (3x4cm)” (SIQUEIRA, 2009, p. 30).

Outra estratégia implantada pela reforma de 1944 foi a criação de excursões para que os alunos visitassem museus, igrejas, monumentos, grupos folclóricos, sítios históricos, arqueológicos e naturais. A reforma também oficializou o ingresso de alunos bolsistas, selecionados a partir do quadro de funcionários. Posteriormente, o ingresso

⁹ Ibidem.

foi ampliado para bolsistas de outras localidades, depois de formados muitos destes retornavam as suas regiões difundindo o conhecimento apreendido no Curso.

Conforme Sá,

Em janeiro 1946, o MES fixou em 11 o número de bolsas: dez para o primeiro ano e uma para o segundo. Das bolsas do primeiro ano, caberiam duas a cada um dos estados de Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e uma aos Estados do Ceará e da Bahia, reservando-se também para este último a bolsa de segundo ano. Uma vez formados, geralmente estes bolsistas retornavam aos seus estados pondo em prática os ensinamentos técnicos que haviam adquirido no Curso (2007, p. 28).

O curso ainda passa por uma série de mudanças até se transformar em curso universitário. Uma das ações decisivas para que isso se concretizasse foi através de um Mandato Universitário da Universidade do Brasil, conseguido por Barroso, em 1951. Por meio deste convenio aprovado em 12 de julho de 1951, entre o MHN e Universidade do Brasil, posteriormente transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é conferido o mandato Universitário. Entretanto, Universidade do Brasil não se responsabilizava com as questões financeiras do Curso de Museus. Assim o curso alcança o nível de curso superior, mas dependentes dos poucos recursos destinados pelo Ministério da Educação e Saúde ao MHN.

Considerações Finais

A partir do artigo foi possível constatar o pioneirismo da formação em Museologia no Brasil. Muito disso se deve à figura de Gustavo Barroso, que impulsionou a criação do MHN e do Curso Técnico de Museus (1922), que posteriormente se transformaria em Curso de Museus (1932).

Barroso tinha uma postura bastante centralizadora, exercendo várias funções dentro do MHN e do Curso. Em 1951, Barroso deixou de ministrar a disciplina Técnica de Museus. Em sua opinião, esta era a disciplina basilar a um técnico em Museologia. No entanto, ao afastar-se do ensino dessa disciplina, ele encaminha sua ex-aluna e funcionária do MHN, Octávia Correa dos Santos Oliveira, que havia se formado na turma de 1938. Isto demonstra a sua intenção de manter o ensino barrosiano no Curso de Museus, conforme Siqueira (2009).

A ligação de Barroso com o MHN e o Curso de Museus é tão forte, que sua morte em 1959 não representou uma ruptura na trajetória desses dois. Como vimos anteriormente, Barroso deixa Octávia Correa dos Santos para lhe substituir no Curso e, no MHN, Josué Montello assume a diretoria (1960 – 1967) atuando sem modificações substanciais.

Entre os feitos de Barroso podemos citar o seu livro, *Introdução à Técnica de Museus*, publicado em dois volumes no ano de 1946, fruto da sintetização de suas aulas. Alguns dos temas desenvolvidos no livro – como organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação – demonstram o aspecto precursor do ensino em Museologia, pois correspondem na atualidade a vários conteúdos das disciplinas dos cursos de graduação em Museologia no Brasil: Plano museológico, Comunicação-Exposição, Documentação-informação e Preservação-conservação: o que poderíamos chamar de uma herança barrosiana no campo museal.

No presente, observamos um crescimento do escopo da Museologia, que vai além do estudo e classificação das coleções para se pautar na função social do museu e na relação do homem com o objeto, que não eram contemplados em seus primórdios, constituindo um campo de grande interesse de investigação em futuras pesquisas, que a partir desse primeiro estudo se poderá verificar as permanências e as rupturas no campo da Museologia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946. 2 v.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 39, 2007, p. 10-48.

_____. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, v. 26, 2013, p. 31-58.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, DEMU/Iphan/MinC, 2006. (Coleção Museu, memória e cidadania).

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN: 1932-1978**: o perfil acadêmico-profissional. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.